

Redistribuir poder, construir autonomia: o papel do CIEDS na reinvenção da filantropia comunitária e no fortalecimento das políticas públicas

Vandré Brilhante e Fábio Muller

O artigo “[Not just philanthropy middlemen: The unseen role of intermediaries](#)”, publicado pela Alliance Magazine, oferece uma análise densa e pertinente sobre o papel pouco visível — mas absolutamente essencial — das organizações da sociedade civil intermediárias no ecossistema filantrópico global. Ao longo desta resenha, optamos por chamá-las de organizações catalizadoras, por sua capacidade de impulsionar conexões, potencializar ações e ativar transformações sociais nos territórios. Em contraste com a centralidade das grandes fundações e bilionários filantropos, o texto desloca o olhar para organizações da sociedade civil que operam como pontes, elos e conexões entre esses financiadores e as bases comunitárias, destacando sua flexibilidade, escuta e compromisso com a equidade.

Já no início, os autores afirmam que “essas organizações estão longe de serem meros canais de transferência de recursos; são atores transformadores no ecossistema da filantropia”. É nesse ponto que o modelo de atuação do CIEDS emerge como um exemplo relevante no contexto brasileiro.

As organizações catalizadoras mais do que transferirem apenas recursos, transferem poder aos territórios.

As organizações catalizadoras transferem poder aos territórios, ao se colocarem como intérpretes sensíveis dos contextos, construtoras de caminhos institucionais e sociais, valorizando e conjugando saberes, fortalecendo o tecido social local e apoiando o desenvolvimento das organizações de base e as políticas públicas locais.

Essa perspectiva encontra eco direto na atuação do CIEDS, que se posiciona como elo entre atores públicos e privados, com o propósito de fomentar o desenvolvimento das organizações de base comunitária como estratégia para o fortalecimento do tecido social e, por consequência, da democracia. A experiência de 27 anos do CIEDS vai além da execução técnica: traduz estratégias nacionais em soluções sensíveis aos territórios — alinhando-se à visão apresentada no artigo, que define as organizações catalizadoras como “intérpretes do chão”.

Fortalecer para transformar

Uma das maiores contribuições das organizações catalizadoras, segundo o artigo, é o fortalecimento institucional das organizações locais, promovendo resiliência, autonomia e sustentabilidade. Como afirmam os autores, “organizações catalizadoras oferecem uma forma de acompanhamento,

apoio não apenas os projetos, mas também a resiliência organizacional, a capacidade interna e o impacto de longo prazo”.

O CIEDS materializa esse princípio de forma sistemática, com ferramentas como a **matriz de maturidade**, que permite diagnósticos personalizados e a construção de planos de desenvolvimento organizacional, e uma **régua de monitoramento**, que acompanha de forma processual a evolução das organizações apoiadas. Nossa diferencial metodológico — baseado na escuta ativa, na participação significativa e na valorização das potências locais (e não apenas das lacunas) — dialoga diretamente com experiências como as do FRIDA e da Collective Abundance. Esse olhar para a potência é central para a construção de uma filantropia que, como defende o artigo, “*não infantiliza, mas emancipa*”.

O regranting como desafio e potência

O texto também destaca o papel das organizações catalizadoras como estruturadores de modelos de *regranting*, especialmente em contextos de restrição legal ou desconfiança institucional. O CIEDS tem inserido essa abordagem em diversos projetos no Brasil, repassando recursos para organizações comunitárias — algo que ainda é visto com ressalvas por parte de muitos financiadores.

Uma experiência emblemática é o **Rede de Prosperidade Familiar**, realizado em parceria com a Vale, que reúne 40 organizações de base comunitária no território de Itaquibacanga (MA), dando suporte a 4.000 famílias em situação de pobreza. Nesse projeto, mais de 75% do orçamento é destinado diretamente ao fortalecimento das organizações locais — um dado que evidencia nossa confiança na capacidade dessas iniciativas e nosso compromisso com a redistribuição efetiva de poder e recursos.

Como o próprio artigo afirma: “*organizações catalizadoras buscam financiamento irrestrito para poder oferecer financiamento irrestrito*”. Essa filosofia — de autonomia real — é central para quem aposta em soluções sustentáveis. No entanto, a resistência ainda existente por parte de alguns filantropos e financiadores é justamente um dos pontos centrais da crítica do CIEDS à realidade abordada no artigo: a dificuldade de captar recursos para o fortalecimento institucional das organizações de base revela um descompasso entre o discurso da filantropia global e sua prática. Como também destacam os autores, “*as organizações se beneficiam da proximidade, flexibilidade e confiança que as organizações catalizadoras oferecem — qualidades difíceis de quantificar, mas essenciais para um impacto real*”.

A especificidade brasileira e a relevância do CIEDS

Atuando em todo o território nacional, com ênfase em contextos vulnerabilizados, o CIEDS lida cotidianamente com realidades marcadas por desigualdades

RIO DE JANEIRO I

Rua Conselheiro Saraiva, 28
8º andar, Centro
Rio de Janeiro, RJ – Brasil
CEP: 20091-030
Tel. 55 (21) 3176-5338

RIO DE JANEIRO II

Avenida Presidente Vargas, 435
2º andar, Centro
Rio de Janeiro, RJ – Brasil
CEP: 20071-003
Tel. 55 (21) 2567-9047

SÃO PAULO

Avenida José Bonifácio, 250
6º andar, Centro
São Paulo, SP – Brasil
CEP: 01003-000
Tel. 55 (11) 3116-7036

PACAJUS

Avenida José Lúcio de Menezes, 1107
Croatá
Pacajus, CE – Brasil
CEP: 62870-000
Tel. 55 (85) 3348-0486

cieds.org.br

MAIS PROSPERIDADE
PARA TODAS AS PESSOAS

estruturais, racismo institucional, apagamento de saberes comunitários e fragilidade da sociedade civil organizada. Nossa prática, portanto, não apenas se alinha aos princípios defendidos no artigo, como os amplia: traz uma perspectiva latino-americana, inserida em um cenário de cortes orçamentários, regressão de direitos e criminalização da pobreza — um contexto que exige de nós muito mais do que mediação: exige **coragem institucional**.

Nesse sentido, o CIEDS atua não apenas como intermediário, mas como **instituição de confiança**, e por isso, desde o início do texto optamos por utilizar a expressão organização catalizadora, capaz de dialogar com governos, empresas, fundações e comunidades, equilibrando técnica com afeto, escuta com estratégia, e política com prática.

A atuação das organizações catalizadoras é especialmente estratégica quando voltada ao suporte de **pequenos municípios**, que frequentemente enfrentam dificuldades estruturais para implementar políticas públicas de forma eficaz. Nestes contextos, a fragilidade das capacidades técnicas e de gestão, somada à escassez de recursos humanos e financeiros e à baixa institucionalização de conselhos e mecanismos de participação social, exige um trabalho cuidadoso de aproximação, escuta e mediação. Organizações como o CIEDS têm desempenhado um papel decisivo ao apoiar gestões locais na **formulação, execução e monitoramento de políticas públicas**, promovendo formações técnicas, articulando atores do território e fortalecendo os vínculos entre sociedade civil e poder público. Essa atuação se mostra vital para garantir que políticas nacionais — como as de juventude, educação, primeira infância ou inclusão produtiva — ganhem **lastro local, legitimidade comunitária e capacidade de continuidade**, mesmo após o encerramento de projetos pontuais.

Para além das aproximações conceituais já abordadas, é possível estabelecer uma correlação direta entre os fundamentos do artigo e a experiência prática do CIEDS. O quadro a seguir sintetiza esses pontos de convergência, evidenciando como a atuação do CIEDS dá concretude ao papel transformador das organizações catalizadoras no Brasil.

Dimensão	Perspectiva do artigo (Alliance Magazine)	Prática do CIEDS no Brasil
1. Elo entre financiadores e territórios	Organizações catalizadoras atuam como pontes entre grandes fundações e organizações locais, viabilizando repasse de	Conecta políticas públicas, empresas e fundos privados a territórios periféricos, traduzindo metas institucionais em ações comunitárias — como nos

Dimensão	Perspectiva do artigo (Alliance Magazine)	Prática do CIEDS no Brasil
2. Fortalecimento institucional e autonomia	recursos e saberes de forma contextualizada.	programas de juventude e inclusão produtiva.
3. Agilidade e adaptação em contextos complexos	Promovem resiliência organizacional, com apoio técnico e estratégico que amplia a autonomia das bases.	Atua diretamente na formação de lideranças, na estruturação de OSCs e no apoio à gestão local, com ferramentas como a matriz de maturidade e planos personalizados de desenvolvimento organizacional.
4. Acompanhamento técnico e político	Valorizam a capacidade de resposta rápida, especialmente em contextos politicamente sensíveis, frágeis ou em crise.	Mostra agilidade em contextos adversos, como na pandemia e em territórios com baixa institucionalidade, com forte escuta e adaptação contínua às realidades locais.
5. Cocriação e escuta qualificada	Oferecem mais que financiamento: aportam suporte jurídico, político e de desenvolvimento de capacidades para garantir impacto e sustentabilidade.	Adota o modelo de “parceria com presença”, com monitoramento ativo, suporte técnico-metodológico e estímulo à inovação social — como nos programas “Empreende Aí” e “Energia Feminina”.
6. Atuação em agendas invisibilizadas	Escutam os territórios com atenção e constroem soluções de forma horizontal, respeitando os saberes comunitários e as prioridades locais.	Baseia sua atuação em metodologias participativas, valorizando saberes locais e cocriando soluções com os territórios, garantindo protagonismo e alinhamento às realidades específicas.
	Assumem riscos onde financiadores tradicionais hesitam, apoiando causas politicamente	Atua em agendas como juventudes periféricas, populações negras, mulheres em vulnerabilidade, comunidades LGBTQIA+,

Dimensão	Perspectiva do artigo (Alliance Magazine)	Prática do CIEDS no Brasil
7. Ecossistemas e sustentabilidade ampliada	sensíveis ou invisibilizadas.	com foco em inclusão, direitos e fortalecimento de identidades.
8. Apoio à gestão pública em pequenos municípios	Constroem redes e mecanismos que ampliam a sustentabilidade das organizações e movimentos, articulando ações que sobrevivem ao ciclo dos projetos.	Atua como articulador de redes multisectoriais, fortalecendo políticas públicas, coletivos e conselhos locais — com papel de arquiteto de ecossistemas comunitários sustentáveis.
	Contribuem para que políticas públicas ganhem capilaridade local em contextos de baixa capacidade técnica e institucional.	Atua e assessoria diretamente com gestões municipais, promovendo formação técnica, articulação intersetorial e qualificação da participação social para fortalecer políticas públicas em municípios de pequeno porte.

Práticas que sustentam o discurso: a trajetória do CIEDS como organização catalizadora de impacto sistêmico

A prática do CIEDS é marcada por um repertório diverso de projetos que ilustram, na concretude, os princípios defendidos no artigo da *Alliance Magazine*. São experiências que envolvem múltiplos parceiros institucionais e operam em diferentes regiões do país, sempre com ênfase na escuta ativa, no fortalecimento institucional e na valorização dos saberes locais. A seguir, alguns exemplos que evidenciam esse modelo de atuação:

- **Projeto Tração – Fundação Volkswagen**
- O Tração – Impulsionamento Para Organizações Sociais é uma iniciativa da Fundação Grupo Volkswagen juntamente com o CIEDS, que visa impulsionar e fortalecer Organizações Sociais mediante processo de investimento em formação, mentoria e incentivo financeiro para que possam aperfeiçoar o desenvolvimento dos seus processos de gestão, estruturar sua operação e ampliar seu impacto social no território.

- **Rede de Territórios Educativos – Fundação Itaú Social**
O projeto implementado em São Luiz, Aquiraz, Cuiabá e Várzea Grande promoveu a educação integral por meio da potencialização da capacidade programática e da gestão de organizações sociais comunitárias. Incentiva sua aproximação com escolas e a realização de ações em rede intersetoriais. Com seu Fundo de Fomento possibilitou a ampliação e o fortalecimento da construção de parcerias, impactando positivamente milhares de crianças, adolescentes e jovens.
- **Rede de Territórios pela Infância – Instituto Neoenergia**
Em territórios do Nordeste brasileiro, o projeto visa fortalecer os sistemas de garantia de direitos da infância, especialmente nos primeiros anos de vida. O CIEDS mobiliza conselhos, lideranças comunitárias e profissionais de primeira infância para desenvolver planos locais integrados de atenção e cuidado, com enfoque em políticas públicas sustentáveis.
- **Fundo de Apoio a Iniciativas Socioeconômicas – Inter-American Foundation (IAF)**
A iniciativa apoiou, entre 2002 e 2006, o desenvolvimento integrado de comunidades de baixa renda por meio de ações articuladas de capacitação de lideranças locais, definição de mecanismos participativos de gestão, estímulo à criação de novas instituições comunitárias e orientações de acesso e gerenciamento de fundos de apoio para implantação de projetos locais com assessoria a empreendimentos comunitários, especialmente os decorrentes dos processos de capacitação.
- **Baião Social – Sistema Fecomércio Ceará (por meio do SESC-CE)**
Em parceria com o Sistema Fecomércio, o CIEDS desenvolveu o Baião Social para apoiar organizações comunitárias no enfrentamento da pobreza e da insegurança alimentar. A iniciativa alia repasses diretos de recursos a planos de desenvolvimento institucional, fortalecendo a atuação das entidades locais em seus territórios.
- **Rede Mobiliza – Shell**
Estratégia que consistiu no fortalecimento de organizações quilombolas a partir das vocações e potencialidades do território, da criatividade genuína e principalmente da resistência dos povos tradicionais na preservação de seus valores e cultura.
- **Assessoria técnica para o fortalecimento das Políticas Municipais de Assistência Social, Educação, Inclusão Produtiva e Saúde**

Em diversos territórios, o CIEDS realiza assessoria técnica especializada para a qualificação de políticas públicas municipais nas áreas de Assistência Social, Educação, Saúde e Inclusão Produtiva. Esse apoio se

RIO DE JANEIRO I

Rua Conselheiro Saraiva, 28
8º andar, Centro
Rio de Janeiro, RJ – Brasil
CEP: 20091-030
Tel. 55 (21) 3176-5338

RIO DE JANEIRO II

Avenida Presidente Vargas, 435
2º andar, Centro
Rio de Janeiro, RJ – Brasil
CEP: 20071-003
Tel. 55 (21) 2567-9047

SÃO PAULO

Avenida José Bonifácio, 250
6º andar, Centro
São Paulo, SP – Brasil
CEP: 01003-000
Tel. 55 (11) 3116-7036

PACAJUS

Avenida José Lúcio de Menezes, 1107
Croatá
Pacajus, CE – Brasil
CEP: 62870-000
Tel. 55 (85) 3348-0486

cieds.org.br

MAIS PROSPERIDADE
PARA TODAS AS PESSOAS

materializa em formações de equipes, suporte à gestão intersetorial, ativação de conselhos e planejamento integrado — como tem ocorrido nos municípios de Nilópolis, Mesquita, Teresópolis (RJ) e Pacajus (CE). Em contextos de baixa capacidade institucional, essa atuação é decisiva para que políticas nacionais ganhem capilaridade, legitimidade comunitária e continuidade.

Esses exemplos não apenas ilustram a pluralidade de temas, escalas e parcerias do CIEDS, como evidenciam sua capacidade de **atuar como arquiteto de redes e catalisador de processos comunitários duradouros**, conectando agendas públicas, sociais e privadas com foco em impacto sistêmico.

A leitura do artigo da *Alliance Magazine*, à luz da experiência do CIEDS, reforça que as organizações catalizadoras são — ou deveriam ser — peças-chave na reinvenção da filantropia. Como afirmam os autores, “*eles são mais do que canais financeiros — são parceiros, defensores e viabilizadores de soluções sustentáveis e lideradas pelas comunidades*”.

No entanto, é necessário que o setor avance não apenas no reconhecimento retórico, mas na sustentação concreta de modelos que **devolvam poder às pontas**.

O CIEDS demonstra, com prática e metodologia, que é possível construir esse caminho no Brasil. Falta agora que nossa sociedade abrace essa urgência com mais ousadia — e menos desconfiança. **Estamos prontos. Os territórios também. Que os recursos cheguem com a mesma confiança que já sustenta nossas parcerias.**

RIO DE JANEIRO I

Rua Conselheiro Saraiva, 28
8º andar, Centro
Rio de Janeiro, RJ – Brasil
CEP: 20091-030
Tel. 55 (21) 3176-5338

RIO DE JANEIRO II

Avenida Presidente Vargas, 435
2º andar, Centro
Rio de Janeiro, RJ – Brasil
CEP: 20071-003
Tel. 55 (21) 2567-9047

SÃO PAULO

Rua José Bonifácio, 250
6º andar, Centro
São Paulo, SP – Brasil
CEP: 01003-000
Tel. 55 (11) 3116-7036

PACAJUS

Avenida José Lúcio de Menezes, 1107
Croatá
Pacajus, CE – Brasil
CEP: 62870-000
Tel. 55 (85) 3348-0486

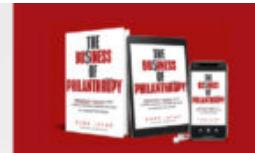
cieds.org.br

MAIS PROSPERIDADE
PARA TODAS AS PESSOAS

The Business of Philanthropy features insights that shed new light on the increasingly important role that strategic philanthropy is playing in helping to address some of the world's greatest challenges.

[Order Now](#)

All author proceeds from this book are being donated to the International Rescue Committee (IRC) in support of children affected by armed conflict.

[Subscribe](#)[Log Out](#)**Alliance**
For philanthropy and social investment worldwide[Donate](#)

Not just philanthropy middlemen: The unseen role of intermediaries

Davina Rojas Murga, Hilda Vega, Samie Blasingame and Amanda Mercedes Gigler

View related content by region and theme

Large foundations and billionaire philanthropists often dominate the philanthropy narrative. Yet, a less visible, essential player is shaping this landscape: the intermediary funder.

Intermediaries bridge the gap between major funders and grassroots organisations, providing critical support that larger funders might find challenging to implement. These intermediary funders – sometimes perceived as mere ‘middlemen’ – play a nuanced and essential role in moving resources, especially in sectors and regions where traditional philanthropy and development aid agencies struggle to adapt.

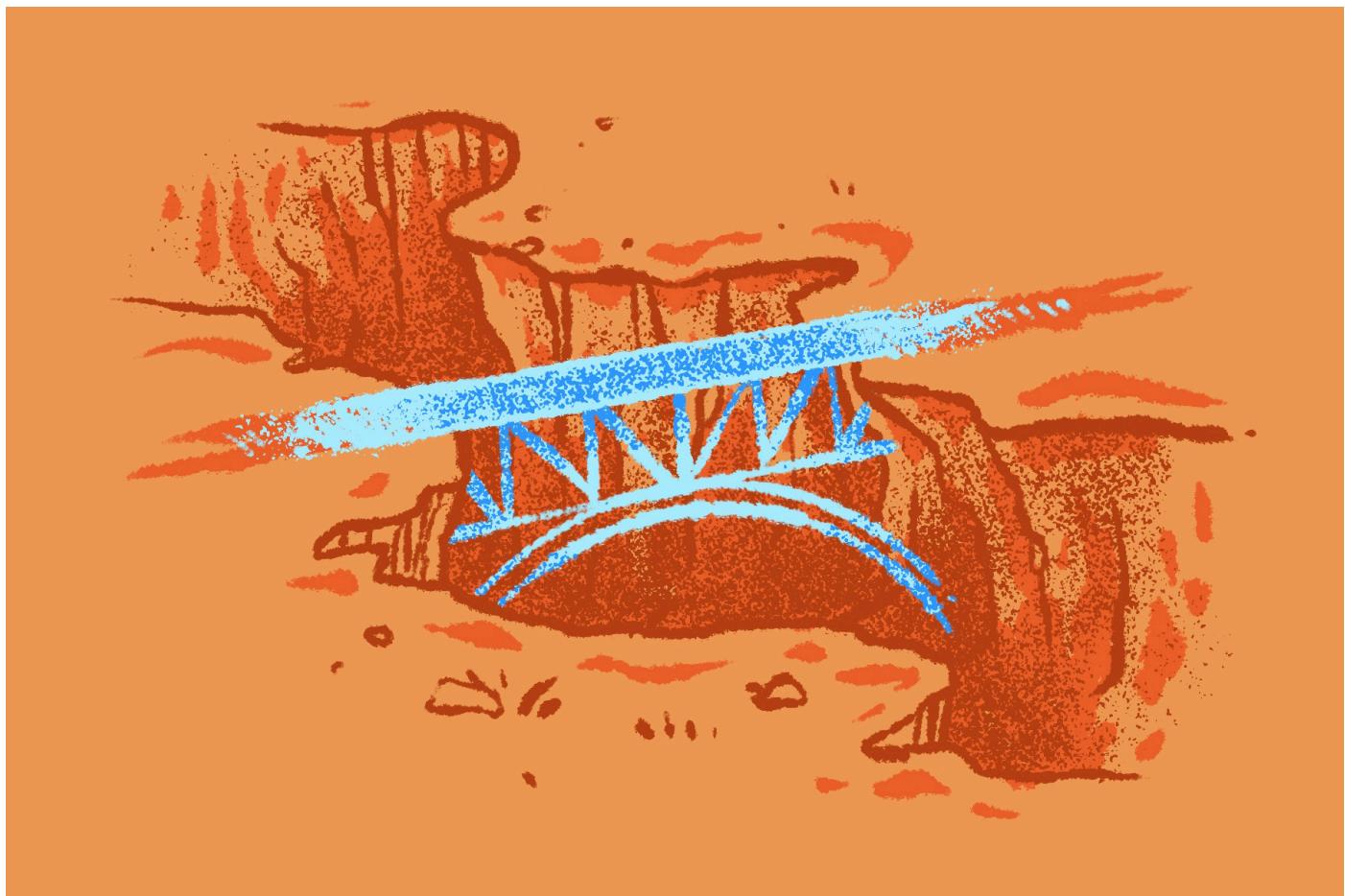


Illustration by artist Saba Taghvai.

Far from simply channelling funds, intermediaries are transformative actors in the philanthropic ecosystem. They work as connectors, advocates, and interpreters of local contexts, enabling grassroots organisations to access not only funding but also support systems. Unlike larger private funders and aid agencies, intermediaries have the political and administrative agility – and the relationships – to make small and/or flexible grants, often at short notice, which is vital for addressing the needs of marginalised communities. They operate at a unique intersection, blending local knowledge, responsiveness, and a commitment to equity – qualities that are crucial for fostering real change, and are increasingly essential in this time of political uncertainty.

The designations used for intermediary funds are as varied as these funds themselves: public foundations, hybrid funders, activist or movement-led funds, solidarity funders, pass-throughs or re-grantors. Some of these terms don't do justice to the complexity and significance of the work of these organisations.

Intermediaries understand that effective grantmaking goes beyond sending grant money. In regions facing restrictive legal environments, shifting political landscapes, or discriminatory banking, they find creative pathways to ensure resources reach communities. For instance, they may employ alternative funding routes or leverage networks to facilitate secure transactions. This kind of flexibility is often beyond the financial or practical abilities of larger private funders, who are bound by rigid protocols and often lack direct insight into the realities on the ground. Intermediaries provide a form of 'accompaniment', backing grantees to support not just their projects but also their organisational resilience, internal capacity, and long-term impact.

In addition, many intermediaries play a vital role in protecting civil society from government crackdowns and financial restrictions. Activist-led funds and grassroots regranting organisations have developed alternative financial pathways, such as decentralised funding mechanisms and pooled donor funds, to

ensure that frontline movements can continue their work despite hostile legal environments. For example, some intermediaries now offer fiscal sponsorships that allow unregistered organisations to receive funding, while others provide cybersecurity and legal protection grants to activists facing political repression.

Misunderstood, even in the methodology

Despite their contributions, intermediaries are often misunderstood and undervalued. A recent [report](#) by the Center for Effective Philanthropy (CEP) highlights this tension, suggesting that intermediaries lack added value compared to ‘originating funders’^[1]. However, CEP’s analysis falls short in capturing the full scope of intermediary work. The report, which compares grantee perceptions of intermediaries and originating funders, does not account for key factors that shape grantee experiences. For example, it overlooks the distinct challenges faced by grassroots organisations and community groups that often rely on intermediaries for their first significant funding. These organisations benefit from the proximity, flexibility, and trust that intermediaries offer – qualities that are difficult to quantify but are essential for real impact.

The methodology used in the CEP report raises concerns. The study compares the experiences of grantees funded by only 24 intermediaries with those of 340 direct funders – creating an uneven and misleading comparison. The report also fails to differentiate between grantees who receive funding from both intermediaries and direct funders versus those who only experience one type of funding relationship. Without this distinction, the findings do not accurately capture the unique role intermediaries play in ensuring resources reach marginalised movements that traditional funders often overlook.

Key for building trust

One of the core strengths of intermediaries is their ability to build and maintain trust with grassroots organisations. Many small, community-based organisations find direct relationships with large funders challenging due to stringent requirements, lengthy bureaucratic processes, linguistic barriers, and misalignment of values. In contrast, intermediaries often approach partnerships with an emphasis on trust, proximity, and a mutual understanding of local challenges. This relational approach creates an environment where grantees feel empowered to share the complexities of their work openly, knowing that the intermediary can adapt to their evolving needs.

For example, [Collective Abundance](#) is led by climate and social justice organisers who work side by side grantee collectives outside of their role as part of an intermediary funder. This shared lived reality and work in community allows for the real life, everyday needs of grantees to be shared in confidence and for solutions to be co-created in real time. With a vision toward stronger, more coordinated movements for climate justice across Europe, intermediaries like Collective Abundance are showing the value of extending autonomy towards and resourcing various elements of the movement ecosystem. These elements form a cohesive whole, fully capable of defining their own interconnected needs. In working toward this vision, Collective Abundance seeks unrestricted funding in order to give unrestricted funding so that their country collectives can have full autonomy over the resources available to them, including for when unexpected expenses or emergencies occur.

Intermediaries also play a crucial role in elevating local voices within global funding ecosystems. They act as advocates, translating the needs and perspectives of grassroots movements to major funders. Through intermediaries, the insights and priorities of local communities gain visibility in decision-making processes. In many ways, intermediaries serve as ‘movement incubators,’ not only distributing funds but also amplifying grassroots voices and supporting the growth of sustainable, community-led initiatives.

[FRIDA|The Young Feminist Fund](#) does this through their sustained participatory grantmaking model. At an initial stage of a funding relationship, FRIDA holds a voting process through which applicants themselves decide which groups to fund. During the middle years of the funding relationship, groups are recurrently consulted through surveys and 1-on-1 communications to participatorily adjust programs and tailor non-financial support to their needs. Finally, at the last stage, FRIDA holds a participatory reverse call for applications to mobilise donors to continue resourcing groups transitioning out of the funding relationship, fostering long-term movement sustainability through sequenced, increased and coordinated grantmaking with allied donors. This sustained participatory model ensures that the needs and perspectives of grassroots collectives are centred and continuously upheld, not only to drive change in their communities, but also to shape and shift the power dynamics within the philanthropic sector that aims to increase their capacity.

Intermediaries' existence is not just about trickling down grants, it's about changing the game for philanthropy to actually catalyse –not hinder– systemic change and economic justice. Intermediaries foster bidirectional synergy between bottom-up and top-down streams of change, simultaneously committing to more horizontal mutual partnerships instead of vertical giving.

There's no 'one way'

Intermediaries vary greatly in size and scope. At a larger scale, [ClimateWorks Foundation](#) operates as an intermediary to help philanthropy invest in partners that can scale high-impact climate solutions to the climate crisis. ClimateWorks equips philanthropy with the knowledge and insights, networks of partners, and strategies to catalyse climate action. ClimateWorks has developed funding mechanisms that allow for rapid-response grants in response to emergent climate risks in different communities and geographies. Their approach showcases how larger intermediaries can maintain flexibility while working on a global scale.

The flexibility and responsiveness of intermediaries make them indispensable in crisis situations. They often manage rapid-response funds, which allow them to move resources quickly to address emergencies or urgent needs. This is particularly important for organisations engaged in politically sensitive work or operating in high-risk environments, where rapid action can be critical. Bypassing the long grant cycles typical of larger funders, intermediaries enable grassroots movements to act swiftly, whether in response to a natural disaster, an escalation in political repression, or a sudden policy change. Intermediary funders also seek to support through flexible core grants rather than project-based funding, which underscores holistic, tailored and autonomous support to movements.

[Dalan Fund](#) works in 16 countries across Central and Eastern Europe, Caucasus, and Central and North Asia (CEECNA regions), most of which have experienced authoritarian regimes and a shrinking space for civil society, and are now dealing with anti-rights and anti-NGO laws in the form of so-called Foreign Agents and Anti-LGBT propaganda laws. To adapt to the ever-shifting landscape, Dalan has been developing the capacity to recalibrate based on present-day realities. For example, in 2024, within three months, Dalan Fund drew international attention to the crisis in Georgia and resourced 22 groups – CSOs, grassroots organisations, independent media outlets, and trade unions – through a promptly established participatory crisis response mechanism.

As part of its work to better understand the scale and severity of the impact caused by US funding cuts, Dalan hosted a sense-making session and circulated a survey among advisors and grantee partners in February 2025. For 44 percent of grantee partners, Dalan is currently their only remaining funder. Only 4 percent indicated they could sustain operations for another year. In response, the participatory crisis response mechanism – Shield Fund – was established, with the mission to protect democracy, access to human rights, and dignity in the CEECNA region in the wake of U.S. funding cuts. Approximately 25

grantee partners are already in the pipeline to receive top-up grants in the coming weeks, with more expected to follow.

Another example of how intermediaries navigate closing civic spaces can be found in the [Fund for Global Human Rights](#). This fund supports grassroots activists in highly repressive environments, sustaining local human rights movements with long-term flexible funding, accompaniment, and emergency support. Through its Enabling Environment for Human Rights Defenders program, the Fund for Global Human Rights has supported cross-regional research and collaboration to push back against the ‘security playbook’ – a common set of authoritarian tools and tactics used by governments to clamp down on civil society and restrict rights.

Not just for moving money

Many intermediaries facilitate or fund capacity-building trainings and horizontal learning spaces, technical assistance, and leadership development in local languages and in accordance with cultural norms and practices, which are invaluable to grassroots organisations that may lack access to these resources. By strengthening capacity, intermediaries ensure that organisations are better equipped to sustain their work long after a particular grant ends. This type of accompaniment is critical for fostering long-term, systemic change.

In many cases, intermediaries are the only entities willing to fund sectors deemed socially controversial, politically ‘risky,’ or where people and groups advancing their human rights may be criminalised. Originating funders may shy away from these areas due to perceived risks or regulatory challenges, yet intermediaries step in, channelling resources to causes that often are otherwise left unfunded. In this sense, intermediaries are not just ‘filling gaps’ but actively shaping the landscape and taking on the risk for private funders that cannot or will not do so.

Public foundations and intermediaries that have a local or national support base of people who donate funds, volunteer, sign petitions or otherwise engage with the fund’s work may have more public legitimacy than a private grantmaker whose funding sources and decisions are opaque. Intermediaries that work locally and nationally engage with a society and are accountable to it because they are actively part of it.

Intermediaries also play an advocacy role, amplifying the concerns and needs of grassroots movements in larger philanthropic spaces. By doing so, intermediaries foster a two-way flow of accountability: not only are they accountable to the communities they serve, but they also hold themselves responsible to the funders who provide resources. This approach promotes a model of mutualism and shared responsibility that is often absent in traditional, more vertical, and asymmetrical funding structures.

The interconnections that exist among ‘originating’ funders and intermediaries are disregarded by the report, discrediting intermediaries’ value and worth. Incremental systemic change requires concerted action across different levels and through diverse scales of movement support that originating funders can’t cover on their own. Setting comparisons between ‘originating’ funders and intermediaries under the same undifferentiated criteria dismisses the need for action through more intentional co-resourcing efforts and concatenated funding. Privately endowed funders and intermediaries can and, in these times, must work in tandem. This collaborative approach is what bridges the gap rather than deepening it through unrigorous and unweighted comparatives. As the MacArthur Foundation notes, ‘Working through intermediaries can facilitate collaboration with other funders and pooling of resources for regranting.’

A narrow framing of what intermediaries are and do risks delegitimising them at a time when their work is more critical than ever. As traditional funding sources tighten and geopolitical crises increase, the need for

flexible, responsive funding is growing. Without intermediaries, countless organisations – particularly those in marginalised or high-risk sectors – would struggle to survive, let alone thrive.

Achieving progressive goals requires intermediaries

In the current philanthropic climate, with buzzwords like ‘localisation’ and ‘power-shifting’, intermediaries embody these values. They don’t just fill gaps left by traditional funders; they redefine the way resources flow, centring local voices, adaptability, and a deep commitment to equity. Recognising their contributions is crucial if we are to build a philanthropic ecosystem that truly supports community-led change. Instead of diminishing the role of intermediaries, the sector should focus on understanding and strengthening their work.

For progressive philanthropy to achieve its ambitious goals, intermediaries must be acknowledged for their unique strengths. They are more than financial conduits – they are advocates, partners, and enablers of sustainable, community-driven solutions, and at this critical moment with a rise in authoritarianism, rolling back of racial equity work, and political repression the role of intermediaries is more needed than ever before. As the sector evolves, embracing the role of intermediaries will be key to fostering a more inclusive, responsive, and effective philanthropic model. By championing their work, we can ensure that philanthropy reaches those who need it most, empowering communities to drive their own futures.

This article was co-authored by members of the [EDGE Intermediaries POD](#), including **Davina Rojas Murga** at FRIDA | The Young Feminist Fund, **Hilda Vega** at Hispanics in Philanthropy, **Samie Blasingame** at Collective Abundance, and **Amanda Mercedes Gigler** at EDGE Funders Alliance. Contact the EDGE Funders Alliance to learn more about the Intermediaries POD, and find out how you can participate.

Footnotes

1. ^ According to the CEP, they use the term ‘originating funder’ to designate ‘a grantmaker that directly funds nonprofit organizations and intermediaries, as opposed to an organization that primarily regrants funds.’ This definition is misleading, as many intermediary funders also directly fund nonprofit organizations and other intermediaries, operating via their own strategies and missions, often in close alignment with movement partners. While there are subcontracting entities and pass-through entities that simply ‘re-grant’ funds from other funders, this is not necessarily the norm.

Share this page    

Comments (1)



Stefan Witthuhn | Robert Bosch Stiftung

I found this article very relatable from the perspective of a private foundation that utilizes both, direct funding and intermediaries. The role of intermediaries is crucial and cannot be overestimated when it comes to funding small and far-away initiatives. Still, we feel that direct funding remains vital. Gaining direct experience with small, local grantees directly provides valuable insights. It is not only reminding us of the advantages intermediaries offers. We choose not to solely rely on intermediaries because our funding strategies emphasize impact on the ground. Direct contact is

essential for program staff to effectively build and evaluate these strategies. A good relationship between large foundations with intermediaries is extremely helpful to secure ongoing funding. By sharing their experiences and the stories of those they serve, intermediaries enable large foundations like ours to showcase successful outcomes and advocate for specific funding strategies to our managers and boards, even if that's not at the core of their mission.

Leave a Reply

Logged in as Daniela Weiers. [Edit your profile](#). [Log out](#)? Required fields are marked *

[Submit](#)

Analysis

22 April 2025

Authors...



Davina Rojas Murga



Hilda Vega



Samie Blasingame



Amanda Mercedes Gigler

SHARE THIS PAGE



[NEXT ANALYSIS TO READ](#)

The climate crisis is a public health crisis – we need to treat it like one

Shamar Bibbins and Monica Valdes Lupi

8 April 2025

Alliance

Alliance Magazine
1st Floor
15 Prescott Place
London
SW4 6BS

Tel: +44 207 062 8920



Alliance © Alliance Publishing Trust 2008 | Charity Number: 1116744 | Company Number: 5935154 [Terms and Conditions](#) [Privacy Policy](#) and [Cookies](#)

Alliance Publishing Trust is a limited company registered in the UK. Registered office: 15 Prescott Place, London, SW4 6BS, UK

v1.18.9 - Design and Built by [The Idea Bureau](#)